



O Estado de S. Paulo – 30/Jul/2003

Novo modelo energético não vai atrair investidores, avalia mercado
Falta de clareza nas informações e as incertezas regulatórias são maiores problemas

RIO - Analistas, executivos e técnicos presentes ao seminário 'Energy Summit', organizado pelo IBC no Rio, mostraram-se céticos com relação à "bancabilidade" do novo modelo energético brasileiro. "Há uma violenta incerteza regulatória no País. Não há como atrair investidores desta maneira", avalia o diretor administrativo-financeiro da Rio Grande Energia (RGE), Vlamir Ramos. A incerteza regulatória, segundo ele, está relacionada à incredulidade do mercado com relação ao que vem sendo apresentado como nova proposta.

"Falta clareza nas informações, falta detalhamento de muitos aspectos. Do jeito que está, o novo modelo contribui para a falta de apetite dos investidores. Ninguém vai se acotovelar para investir no setor energético sem saber que vai receber como retorno pelo menos o justo e razoável", afirmou ele.

Para a diretora de ratings industriais da Standard & Poor's, Milena Zaniboni, o novo modelo apresenta condições bastante instáveis para reverter o quadro de deterioração financeira em que as empresas de energia elétrica entraram desde 2000. "O índice de aversão ao risco dos investidores quanto ao setor elétrico brasileiro ainda é muito alto. Há muito o que se resolver.

Não cabe ao S&P dizer qual é o melhor modelo, mas qualquer iniciativa em busca de transparência, equilíbrio de contas e estabilidade de regras é bem-vinda. Estamos esperando este sinal", disse.

A inclusão de uma cláusula de revisão tarifária periódica nos contratos das novas concessões de geração de energia foi citada pelos críticos do modelo.

"Revisões tarifárias periódicas são incompatíveis com atração de investimentos, a não ser que tenham regras claras", afirmou o vice-presidente da Duke Energy no Brasil, Paulo Born. Segundo ele, o processo de revisão periódica das distribuidoras realizado neste ano "deixou o investidor escaldado", já que as regras não foram seguidas corretamente.

No novo modelo, o setor de geração também terá revisão periódica a cada cinco anos.

A crítica foi reforçada pela diretora-executiva da Associação Brasileira dos Concessionários de Energia Elétrica (ABCE), Silvia Calou. "Revisão periódica é risco em potencial", avaliou. Ela propôs que o governo abra espaço para que os investidores tenham assento nos novos agentes estatais que serão criados. "A participação da iniciativa privada na tomada de decisões confere maior segurança ao investidor", afirmou.

O diretor-presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia (CBIEE), Cláudio Sales, disse que há uma preocupação geral quanto à possibilidade de financiamento do novo modelo energético por causa de vários aspectos, entre os quais a questão tributária. "O Brasil tem a maior tributação sobre energia elétrica já vista em comparação com outros países, sendo que o ICMS é o que mais pesa no preço da tarifa. Se o governo quer atrair investidores sem impacto para o consumidor, é preciso rever esse tributo", disse. Ele lembrou, porém, que isso depende do aval dos Estados.



"Considerando que pelo menos 40% da arrecadação dos Estados é proveniente do ICMS sobre energia elétrica, mexer nessa tributação é extremamente complicado. O ideal seria o governo enfrentar os Estados e não fazer mais sofismas sobre o tema", afirmou Sales.

(N.P. e K.L.)